



AGÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - AMASVISA
Lei Municipal nº 3.759/2012



LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Nº 004/25

VALIDADE: 25/02/2026

A Agência de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Vitória de Santo Antão - AMASVISA, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado nº 2576/2025, expede a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI).

1 - Razão Social

MUNICIPIO DA VITORIA DE SANTO ANTÃO

2 - Nome Fantasia

VITORIA DE SANTO ANTÃO GABINETE
DO PREFEITO

3 - Endereço

RUA DEMÓCRITO CAVALCANTI, 144, LIVRAMENTO

4 - Município

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE

5 - CEP

55.602-911

6 - CNPJ / CPF

11.049.855/0001-23

7 - RG / Inscrição Estadual

8 - Sumário de Atividade Principal

O projeto enquadra - se na tipologia de Escolas, Creches e Centro de Ensino - código 14.15 - E - Anexo II da Lei Complementar Nº 009/ 2013.

9 - Objetivo da Licença

Consistirá na Licença de Instalação de uma praça esportiva, contendo: Campo de Futebol Society; Meia Quadra de Basquete; Playground; Jardim e Pista de Caminhada. Em uma área total de 3.000,00m². Localizado na rua Estrada do Cajueiro, S/N, bairro Cajueiro, 08°11'9671 | 35°31'5623, no município da Vitória de Santo Antão/PE.

10 - Exigências

1. A AMASVISA deverá ser comunicada imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ao Meio Ambiente, a Saúde e Segurança dos Trabalhadores;
2. A presente Licença de Instalação deverá ser afixada em um lugar visível no canteiro de obra sob as penas da lei;
3. Quando da necessidade de qualquer movimentação de solo, deverá ser precedida de licenciamento ambiental da AMASVISA, sob pena de infringir a legislação ambiental vigente;
4. Executar de acordo com o projeto apresentado, ficando proibida a expansão dessa área sem prévia autorização da AMASVISA;
5. Não será permitido o lançamento no solo de qualquer efluente líquido, principalmente águas servidas e/ou residuais, sem tratamento adequado, em consonância com a legislação vigente e prévio licenciamento da AMASVISA;
6. Deverão ser adotadas soluções técnicas adequadas à perfeita drenagem das águas, de forma a proteger as áreas circunvizinhas;

13 - DATA EMISSÃO

25/02/2025

14 - ANALISTAS / FISCAIS

Maria Gabriela de Araújo Silva
Engenheira Civil
CREA 182095331-9/PE

André Luiz Timoteo Silva
Engenheiro Ambiental
CREA nº 1820853969/PE

15 - DIRETOR/ PRESIDENTE

Albino Carneiro de Andrade
Diretor Presidente AMASVISA
Portaria nº 021/2025



AGÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - AMASVISA
Lei Municipal nº 3.759/2012



7. A destinação de resíduos sólidos isentos de contaminação, tais como: ferro, alumínio, aço, papel, papelão, plásticos, etc. deverá obedecer aos princípios de reutilização/reciclagem, conforme estabelecido na Política Estadual de Resíduos sólidos - Lei 14.236/2010. Outras formas de destinação final, ambientalmente adequadas, poderão ser aplicadas, desde que obedecidas em normas específicas. Semestralmente, a empresa deverá realizar a comprovação da destinação destes resíduos;
8. Os resíduos da construção civil, decorrentes das atividades de reforma e requalificação deverão ter seu gerenciamento ambientalmente adequado, nos termos da Lei Estadual 14.236/2010 e da Resolução CONAMA 307/2002;
9. Implantar sinalização nas áreas próximas à obra, de maneira a garantir a segurança para os veículos, pedestres e trabalhadores;
10. Em caso da necessidade de execução de supressão de vegetação e terraplenagem o requerente deverá solicitar as consecutivas autorizações, junto a AMASVISA;
11. Deverá ser respeitada integralmente a Lei Federal nº 12.651/2012, especialmente no que diz respeito às restrições de uso e conservação das Áreas de Preservação Permanente (APP).

11 - Requisitos

1. A obra deverá ser realizada de acordo com: 1) as Normas da ABNT; 2) NR - Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho; 3) cumprir com as exigências previstas na PNRS Nº 12.305/2010 e a Lei Estadual 14.236/2010, sendo sua execução da inteira responsabilidade da empresa contratada pelo requerente;
2. A emissão de sons e ruídos em decorrência das diversas atividades previstas deverá obedecer os padrões, critérios e diretrizes estabelecidas pela Legislação Vigente (Lei estadual - LEI Nº 12.789, DE 28 DE ABRIL DE 2005);

12 - Observação

1. O não atendimento às exigências no prazo estabelecido, para validade da presente Licença de Instalação, implicará na perda de sua validade;
2. Em casos de acidentes, o responsável deverá tomar as medidas necessárias a fim de evitar danos ambientais e informar imediatamente a AMASVISA;
3. A referida Licença de Instalação fundamenta-se no traçado gráfico dos limites da propriedade apresentado, não implicando por parte da AMASVISA no reconhecimento da veracidade do levantamento nem do direito de propriedade;
4. A presente Licença de Instalação está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal;
5. A concessão da presente Licença de Instalação não impedirá que a AMASVISA venha a exigir a adoção de medidas corretivas, de acordo com a legislação de controle ambiental vigente;

13 - DATA EMISSÃO	14 - ANALISTAS / FISCAIS	
25/02/2025	Maria Gabriela de Araújo Silva Engenheira Civil CREA 182095331-9/PE	Andre Luiz Timoteo Silva Engenheiro Ambiental CREA nº 1820853969/PE

15 - DIRETOR/ PRESIDENTE

Albino Carneiro de Andrade
Diretor Presidente AMASVISA
Portaria nº 021/2025



AGÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - AMASVISA
Lei Municipal nº 3.759/2012



6. O solicitante é responsável civil, penal e administrativamente pelos danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer parte da presente licença de instalação;
7. A AMASVISA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta Licença de Instalação, caso ocorra:
- 7.1 Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- 7.2 Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a análise do grupo de trabalho para expedição da licença de instalação;
- 7.3 Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
8. Decorrido o prazo de validade de que trata esta licença, o empreendedor deverá, obrigatoriamente, formular pedido de Renovação de Licença de Instalação 90 (noventa) dias antes do vencimento, com vistas na continuidade da instalação, sob pena de infringir a legislação ambiental vigente.

13 - DATA EMISSÃO	14 - ANALISTAS / FISCAIS	
25/02/2025	Maria Gabriela de Araújo Silva Engenheira Civil CREA 182095331-9/PE	André Luiz Timoteo Silva Engenheiro Ambiental CREA nº 1820853969/PE

15 - DIRETOR/ PRESIDENTE

Albino Carneiro de Andrade
Diretor Presidente/AMASVISA
Portaria nº 021/2025